

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO EM CASTANHAL/PA

Lauanda Castro da Silva

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista PIBIC - lauanda.castro@gmail.com

Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz

Graduando em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista PIBIC - francisco_slp@hotmail.com

Madison Rocha Ribeiro

Professor da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – madisonribeiro@gmail.com

RESUMO

A educação em tempo integral no Brasil tem se materializado por meio de programas e projetos. Neste sentido, o presente trabalho analisa a configuração do Programa Novo Mais Educação (PNME) na rede municipal de ensino de Castanhal/PA, evidenciando algumas características dessa política no âmbito educacional local. O estudo, caracterizado como pesquisa de campo de caráter descritivo, fundamentou-se na abordagem qualitativa de pesquisa, efetivado mediante entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelo PNME na rede municipal de ensino. Para a compreensão da realidade investigada utilizou-se da literatura especializada referente ao campo da educação integral vista como política pública e concepção educacional. A discussão dos dados revelou um expressivo contraste entre o percentual de escolas da rede municipal aderentes ao PNME e o número de alunos matriculados no programa. Constatou-se também que o programa privilegiou o componente curricular Acompanhamento Pedagógico constituído pelas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, evidenciando o reforço escolar nesses campos curriculares em função da avaliação em larga escala, por meio da qual as escolas são submetidas. Além disso, verificou-se que a maioria das escolas municipais optou por ampliar o tempo de permanência dos alunos em 15 horas semanais e que as escolas não tiveram sua estrutura física ampliada e melhorada, apresentando diversos obstáculos à efetiva implementação do programa, o que, dentre outros fatores, dificultou a construção de uma perspectiva formativa integral.

Palavras-chave: Educação. Tempo integral. Currículo. Política pública.

INTRODUÇÃO

A política pública de educação em tempo integral consiste na ampliação da jornada escolar, tendo em vista, dentre outras finalidades, melhorar a qualidade do ensino. Tal política tem se concretizado em todo país por meio de programas e projetos vinculados às várias esferas do poder político-administrativo.

Criado em 2007, o Programa Mais Educação (PME) constituiu a maior iniciativa de educação integral do Brasil no século XXI, tendo sido substituído em 2016 pelo atual

Programa Novo Mais Educação, que, diferentemente do PME, enfatiza muito mais a ampliação do tempo escolar do que a formação humana integral.

O presente texto, neste sentido, apresenta uma discussão panorâmica do Programa Novo Mais Educação no município de Castanhal - PA, evidenciando como esse recente programa está configurado e vem se desenvolvendo no município.

A pesquisa que subsidiou a construção deste artigo corresponde a um plano de trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa: “Configuração Curricular da Educação Integral em Tempo Integral das Escolas da rede Municipal de Educação de Castanhal-PA”, cujo objetivo é analisar a configuração do Programa Novo Mais Educação (PNME) no referido município.

Com fito de nortear a investigação, tomou-se por base o seguinte problema: como tem se configurado e desenvolvido o Programa Novo Mais Educação na rede municipal de ensino de Castanhal/PA? Fundamentado no paradigma qualitativo de pesquisa, o estudo caracterizou-se como pesquisa de campo, do tipo descritiva, utilizando-se da entrevista semiestruturada como técnica de coleta dos dados. Em vista de responder o problema de pesquisa, o estudo desenvolveu-se considerando as etapas: levantamento bibliográfico e documental com intuito de situar e compreender o objeto de estudo; pesquisa de campo, a fim de conhecer como o programa está configurado e vem se desenvolvendo na rede municipal de ensino. Esta etapa foi desenvolvida especificamente na Secretaria Municipal de Educação de Castanhal, onde foram entrevistados os coordenadores do PNME na rede municipal de ensino.

Considerando os resultados e a análise dos dados, a qual se deu a partir dos aspectos pautados na entrevista com os coordenadores do PNME, este texto apresenta breves considerações sobre educação em tempo integral à luz da literatura especializada e, na sequência, discute os aspectos pautados na pesquisa de campo, a saber: número de escolas que aderiram e que estão desenvolvendo educação em tempo integral, vinculada à proposta do PNME; número e perfil dos alunos do Ensino Fundamental matriculados no PNME; tipo de educadores envolvidos no processo formativo do PNME; formas organizativas do tempo escolar ampliado, componentes e atividades curriculares desenvolvidas e tipos de espaços utilizados pelas escolas no desenvolvimento da educação em tempo integral.

2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

A oferta de ensino público no Brasil é resultante de um processo histórico de lutas das camadas populares por acesso à educação. A literatura acerca da história da educação brasileira nos permite constatar que as discussões tangentes à universalização do acesso à educação acenderam também o debate reativo a qualidade da mesma, uma vez que não é possível falar de uma educação com qualidade sem incluir a categoria da quantidade, já que ambas são complementares e a primeira quando não abrange todos os sujeitos torna-se um mero privilégio. (GADOTTI, 2013).

Em vista disso, a adoção do tempo integral nas escolas tem sido julgada como um mecanismo fundamental para o alcance de uma educação de qualidade. (ZANARDI, 2016). Muitas experiências voltadas para oferta da educação com o tempo de escolaridade diário estendido foram recorrentemente empreendidas no país, porém, não alcançaram êxito e, tão pouco, abrangência nacional. (GIOLO, 2012).

É necessário elucidar, no entanto, que a escola de tempo integral no Brasil é oportunizada para classes mais abastadas desde o período colonial, com os colégios jesuítas e liceus. (GIOLO, 2012). Não obstante o processo de industrialização e urbanização tenha induzido a segmentação do tempo escolar em mais turnos nas escolas de tempo de integral que acolhiam a esse público a fim de atender a crescente demanda, a educação em tempo integral permaneceu se viabilizando aos membros das elites por meio do acesso à instrução, à cultura, ao esporte e ao lazer em outros espaços externos e privados. Em contrapartida aos segmentos populares, destinava-se uma educação que tinha como intuito a preparação para a inserção no mundo laboral, provida, sobretudo, em escolas de tempo parcial. (GIOLO, 2012).

Na contemporaneidade, o papel conferido a escola está para além da função de instruir. Se tratando da educação em tempo integral a dimensão que abrange questões sociais está acima da dimensão pedagógica. (PARO *et al*, 1988). A escola se constitui como um espaço de instrução e socialização, mas o elemento socialização atinge um grau de importância ainda mais considerável quando os alunos são oriundos das camadas populares, tendo em vista que estas não têm acesso ao leque diversificado de oportunidade de acesso às atividades voltadas para a cultura, o esporte, o lazer e à recreação como tem as camadas privilegiadas. (PARO *et al*, 1988).

As escolas de um turno enfrentam restrições referentes ao tempo limitado para desempenhar seu papel de forma plena. Em razão disso, ofertam-se aos alunos conteúdos mínimos, o que inviabiliza a apropriação de toda a extensão de conhecimentos acumulados e a atribuição de sentido a estes para a utilização em benefício próprio. (GIOLO, 2012). Nesse sentido, o tempo integral caracteriza-se como

uma possibilidade de superar o processo educacional truncado que marca a escola de tempo parcial, possibilitando a organização das atividades referentes ao aprender e ao ensinar de maneira satisfatória.

Alavancando as discussões sobre a necessidade de as instituições de educação básica caminharem em direção à adoção do período integral, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394/96) em seu artigo 34, discorre sobre a jornada escolar no Ensino Fundamental, salientando que esta deverá incluir “pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”, acrescentando no parágrafo 2º que essa etapa da educação básica será ministrada “progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. (BRASIL, 1996).

No século XXI, no âmbito da política educacional brasileira, programas de alcance nacional têm sido desenvolvidos em uma perspectiva de melhorar a qualidade da educação básica por meio da ampliação da jornada escolar. Nesse sentido, no ano de 2007, foi criado o Programa Mais Educação (PME) por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 17. Essa política educacional foi um compromisso assumido pelos Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Esporte com a destinação e orientação de recursos para impulsionar a educação integral em tempo integral, objetivando solucionar os problemas referentes à baixa qualidade do ensino público.

É necessário frisar que para além de uma proposta de ampliação do tempo de permanência na escola (educação em tempo integral), o Programa Mais Educação visava fomentar a educação integral. Conforme acentuam Silva e Prieto (2017) essas duas expressões não abarcam o mesmo significado. A educação integral diz respeito a uma:

Concepção de educação que considera o ser humano como um ser total, global, uno e ao mesmo tempo constituído de várias dimensões as quais devem ser consideradas no processo educativo. Esta concepção de educação requer um currículo que explore e, ao mesmo tempo integre as várias dimensões do ser humano: física, psicológica, cognitiva, sociocultural, espiritual, dentre outras. (SILVA e PRIETO, 2017, p. 2).

A educação integral em jornada ampliada para no mínimo 7 horas foi desenvolvida pelo PME até a implantação do Programa Novo Mais educação (PNME) em sua substituição. O referido programa foi instituído pela Portaria MEC nº 1.144 em 2016 como uma estratégia indutora do melhoramento da qualidade da educação no Ensino Fundamental por meio do acréscimo da carga horária semanal escolar em cinco

ou quinze horas, ofertando acompanhamento pedagógico para as disciplinas de Português e Matemática, e atividades artísticas, culturais e esportivas no turno ou contra turno escolar. (BRASIL, 2017). Visando conhecer como este programa tem se configurado nas escolas do município de Castanhal-PA, será apresentado na próxima sessão os dados coletados acerca da educação em tempo integral via PNME no mencionado cenário de investigação.

3 CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CASTANHAL/PA

a) Total de escolas que desenvolvem o Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal de Ensino e de alunos matriculados no Programa

Em relação ao número de escolas, constatou-se que no ano de 2017, 42 unidades de ensino da rede municipal aderiram ao Programa Novo Mais Educação. Este número equivale a 67% do total de escolas do Ensino Fundamental do Município de Castanhal. Trata-se de um número considerável, já que abrange a maioria das escolas do Ensino Fundamental do Município, contabilizando zona urbana e rural.

Quanto ao número de alunos do Ensino Fundamental (séries iniciais e finais) matriculados nesse programa, em 2017 foi de 4.053 alunos, equivalente a 23,3% do total de 17.388 alunos da rede municipal de ensino. Vale ressaltar que no que se refere à zona urbana o número de matriculados no programa foi de 2.552 alunos, já na zona rural o total de matrículas foi de 1.501.

Ao realizar um comparativo entre o expressivo percentual de escolas aderentes ao PNME com o percentual de alunos que participaram do programa no ano da pesquisa, evidencia-se um grande contraste, tendo em vista que enquanto mais da metade das escolas municipais estão vinculadas ao programa, um número bem inferior de alunos tem acesso à educação com jornada ampliada que essa política educacional propicia. De acordo com os sujeitos da pesquisa e com a própria Portaria nº 1.444/2016 que rege as ações do programa, o número de alunos atendidos se dá em razão do público alvo preterido pelo PNME que consiste, principalmente, em alunos com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Português e Matemática.

Essa realidade indica que a educação em tempo integral, via PNME, ainda é seletiva, antidemocrática e fortemente academicista, já que preconiza como obrigatório o macrocampo Acompanhamento Pedagógico (Português e Matemática), priorizando os estudantes com baixo rendimento nessas disciplinas, em detrimento dos demais

estudantes e de outras disciplinas curriculares. Além disso, indica uma preocupação não tanto com o estudante em si, isto é, com seu desenvolvimento integral, mas, sobretudo, com os seus resultados de aprendizagem, de modo a responder às exigências dos exames em larga escala, aos quais as escolas públicas do país estão submetidas.

O contato com a literatura nos permite afirmar que a oferta de educação em tempo integral tem sido atrelada ao melhoramento da qualidade da educação. Nesse sentido, é importante levantar o questionamento se é possível alcançar esse objetivo quando a estratégia indutora utilizada seleciona alguns alunos em detrimento de outros. Assim, reiteramos o que Gadotti (2013, p.1) explica ao discorrer acerca da temática da qualidade na educação “Qualidade e quantidade são conceitos complementares já que qualidade para poucos é privilégio, não é qualidade”.

b) Perfil dos educadores do programa

No que tange aos educadores envolvidos nos processos formativos, os coordenadores assim se posicionaram:

Os educadores do PNME são denominados Mediadores (Para português e matemática) no Acompanhamento Pedagógico; e Facilitadores para a Atividade Complementar. Para os mediadores é exigido que estejam cursando nível superior em Letras ou curso de Pedagogia que tenha habilidade em uma das áreas. Já para os facilitadores não há exigência de formação, podendo ser um prático na modalidade a ser trabalhada, por exemplo, artesanato, dança, dentre outros. (COORDENADORES DO PNME/SEMED/CASTANHAL).

De acordo Brasil (2017) podem atuar no programa: professores ou coordenadores pedagógicos efetivos da escola, com carga horária mínima de 20 horas, para a função de Articulador do programa na escola; professores cuja carga horária máxima seja de 20 horas ou estudantes de graduação, para a função de Mediador da Aprendizagem; estudantes em processo de formação compatível com as atividades a serem desenvolvidas ou algum outro sujeito da comunidade que atue na área.

Assim, considerando a fala dos entrevistados, pode-se constatar que, apesar do documento orientador do PNME permitir a contratação de professores da própria rede de ensino para atuar na função de mediador das atividades pedagógicas de Português e Matemática, isso ainda não ocorre. São ainda os estudantes universitários que desenvolvem essas atividades.

Esta tem sido uma das críticas que os programas de educação em tempo integral têm recebido em todo o país, pois não tem como efetivar uma educação de

qualidade quando os saberes a serem ensinados e aprendidos pelos estudantes vêm sendo mediados por pessoas ainda em formação ou por nenhuma formação profissional consolidada.

Embora o capoeirista, o contador de história, o instrutor da banda fanfarra, os estudantes universitários, dentre outros, tenham um saber experiencial importante, não possuem o saber didático, pedagógico e nem científico adequado, em relação à área com a qual estão trabalhando, de modo a discutir e analisar criticamente os saberes comunitários trazidos pelos alunos. A formação do educando ficará, desse modo, comprometida. (RIBEIRO, 2017, p. 123).

Além da formação inadequada das pessoas que desenvolvem o PNME, cabe frisar ainda que o fato de se ter dois tipos de educadores desenvolvendo atividades em turnos diferentes, pode comprometer o planejamento, o diálogo e o trabalho integrado no âmbito do projeto.

c) **Formas organizativas de ampliação do tempo nas escolas.**

O Documento Orientador do PNME estabelece que as escolas devem optar pela ampliação de cinco ou quinze horas semanais para desenvolvimento das atividades do programa. No caso das que fazem a opção por acrescentar a jornada escolar em cinco horas por semana, o documento determina o desenvolvimento apenas do Acompanhamento Pedagógico que consiste em atividades de Língua Portuguesa e Matemática, dividindo igualmente a carga horária entre ambas. Por outro lado, as escolas que aderirem à ampliação de quinze horas devem destinar oito horas para o melhoramento da aprendizagem nas disciplinas supracitadas e sete para as atividades complementares voltadas às áreas de Arte e Cultura e Esporte e Lazer.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Castanhal, a maioria das escolas municipais optou por ampliar o tempo de permanência do aluno na escola em 15 horas semanais conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Número de escolas por horas semanais

CARGA HORÁRIA AMPLIADA	NÚMERO DE ESCOLAS
5 horas semanais	8
15 horas semanais	34

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Castanhal

Segundo o coordenador do programa, as escolas que optaram pela carga horária de 15 horas semanais, tiveram direito de escolher até três atividades complementares das que são listadas no Documento Orientador do programa para serem desenvolvidas durante sete horas da carga horária semanal. Estas foram escolhidas no momento do cadastramento da escola e foram utilizadas como estratégias de organização do trabalho pedagógico com os alunos.

O fato de algumas escolas optarem apenas pela ampliação de 5h semanais indica a preocupação da instituição com o reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas que são objeto da avaliação em larga escala. Limitar a educação em tempo integral a disciplinas que no tempo parcial já possuem a maior carga horária não é benéfico, pois trata-se de colocar o estudante a um processo de hiperescolarização, sem resultados satisfatórios, além de prejudicar o desenvolvimento integral do ser humano. (BRASIL, 2009).

d) Componentes curriculares e atividades ofertadas pelas escolas que desenvolvem o Programa Novo Mais Educação

O Programa Novo Mais Educação trabalha com três grandes macrocampos curriculares: Acompanhamento Pedagógico, Arte e Cultura e Esporte e Lazer. O componente Acompanhamento Pedagógico que consiste em atividades de orientação e acompanhamento em Língua Portuguesa e Matemática, é obrigatório para todas as escolas. Os demais componentes serão desenvolvidos de acordo com a modalidade de carga horária ampliada aderida pela escola.

No quadro a seguir é possível observar que atividades curriculares as escolas da rede municipal de ensino de Castanhal/PA desenvolvem.

Quadro 2 – Nº de atividades curriculares por escolas

Nº	Atividades	Número de escolas por atividade curricular
01	Artesanato	8
02	Atletismo	1
03	Basquete	2
04	Capoeira	9
05	Cineclube	1
06	Dança	12
07	Desenho	2
08	Educação Patrimonial	1
09	Futsal	16
10	Futebol	4

11	Handebol	4
12	Iniciação Musical/banda/canto coral	12
13	Iniciação Musical	2
14	Judô	1
15	Karatê	9
16	Leitura	2
17	Pintura	5
18	Teatro/Práticas Circenses	8
19	Tênis de mesa	3
20	Voleibol	2
21	Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual	1
22	Acompanhamento Pedagógico (Português e Matemática)	42

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela SEMED/Castanhal- 2017

Destacamos que estas são tratadas muito mais pelo viés de recompensar os alunos pelas horas a mais que estudam as disciplinas de Português e Matemática do que como possibilidade de inserção da pluralidade cultural e artística na escola ou de formar os alunos em outras dimensões para além da intelectual.

É preciso problematizar a questão da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola atrelada à ideia de melhoramento da qualidade educacional, já que a mera ampliação da carga horária não promove a qualidade de ensino, vez que a educação ofertada de maneira ampliada no turno ou no contraturno deve ser diferente da que se oferta no formato “normal” de ensino, voltada para uma perspectiva de emancipar o aluno. (SANTOS, 2013).

Todavia, como já vem sendo discutido o programa prioriza o macrocampo de acompanhamento pedagógico assumindo um caráter semelhante de formação tanto na carga horária comum a todos os estudantes quanto na carga horária ampliada via PNME.

Diante disso, reacende-se, também, o debate sobre o currículo desses turnos, uma vez que, como pôde ser observado, as escolas terminam por compartilhar os mesmos conteúdos trabalhados durante o turno e o contraturno, fato que impede, em alguns casos, o desenvolvimento de outras atividades que não estão inseridas no projeto político pedagógico da escola.

e) Espaços utilizados para o desenvolvimento do Programa:

O coordenador entrevistado destacou que os espaços utilizados para o desenvolvimento do PNME são as próprias dependências da escola, pois não há uma

ampliação da estrutura física escolar em função do aumento de tempo de permanência do aluno nesse âmbito, mas informou que são utilizados também ginásios comunitários para a realização de atividades complementares e outros espaços cedidos através do estabelecimento de parcerias.

À vista disso, infere-se que apesar do programa apresentar benefícios ao possibilitar o reforço de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e favorecer o acesso de alunos as atividades de cultura, esporte e lazer, as condições físicas das escolas, conforme evidenciado na pesquisa, não apresentam a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades em tempo integral, representando um obstáculo à efetiva implementação do programa.

Assim, embora as escolas utilizem esses ambientes comunitários para as ações do PNME, entende-se que essa questão representa uma problemática, visto que “a ida à comunidade não poderá jamais representar a fuga do espaço escolar ou, o que tem a mesma gravidade, uma forma de a escola suprir a falta de espaço próprio e de condições de trabalho”. (GIOLO, 2012, p.101).

Assim, conforme evidenciado, o aparato estatal é fundamental para a consecução dos objetivos a serem alcançados pelo programa, sendo o ambiente escolar o local apropriado para o desenvolvimento das atividades, vez que quando o poder público e a comunidade local não consideram o espaço escolar como um meio educador, dificilmente se conseguirá bons resultados pedagógicos. (GIOLO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, de acordo com os dados obtidos com a pesquisa realizada nas redes municipais de ensino de Castanhal, infere-se que a configuração curricular da educação em tempo integral a partir do Programa Novo Mais Educação tem se articulado de maneira complexa, visto que diversos são os problemas que norteiam a implementação do programa, a começar pela composição do currículo, que em alguns casos, privilegia áreas do conhecimento em detrimento de outras, tornando seletivo o processo de ensino-aprendizado.

Outro ponto verificado na pesquisa diz respeito a ausência de espaços físicos voltados para o desenvolvimento das atividades, fato que tem dificultado a execução dos projetos articulados dentro do programa, reacendendo a questão do compromisso do poder público na articulação de incentivos fiscais voltados para a construção desses espaços.

Para mais, depreende-se que a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola nem sempre está condicionado ao melhoramento da qualidade educacional, visto que para um satisfatório resultado do ensino há a necessidade de uma infraestrutura equipada, de um currículo que não estratifique áreas do conhecimento visando tão somente a preparação do aluno para o mercado de trabalho e de um corpo pedagógico que auxilie nas demandas que o programa apresenta.

Pelo todo, o presente trabalho não pretendeu esgotar o tema, mas suscitar o debate acerca dos desafios à implementação do Programa Novo Mais Educação no município de Castanhal.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Educação Infantil e currículo: compassos e descompassos** entre aspectos teóricos, legais e políticos. Espaço Currículo, v.3. n.1, p. 551-461, março de 2010 a setembro de 2010.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Basiliense, 1982.

_____. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Nº 9.394 d e 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO/CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS** – Versão I. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. In: Congresso de Educação Básica: Qualidade na Aprendizagem, 2013, Florianópolis.

GESSER, Verônica. **A evolução histórica do currículo: dos primórdios à atualidade**. Revista Contrapontos, Itajaí, SC., v.2, n. 1, p. 69-81, ago. 2008. ISSN 1985-7114. Disponível em: <HTTPS://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/135>. Acesso em: 22 set. 2018.

GIOLO, JAIME. **Educação de tempo integral: Resgatando elementos históricos e conceituais para o debate**. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

MOLL, J. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

PARO, Vitor Henrique. et al. **Escola de Tempo Integral: Desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1988.

SILVA, Lauanda Castro; PRIETO, Kellem Roberta Hage; RIBEIRO, Madison Rocha. Notas sobre educação integral/educação em tempo integral. In: I Encontro da Cátedra Paulo Freire da Amazônia, 1., 2017, Belém. *Anais...* 182-184, ISSN: 2527-1059.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.